D.R. DA HABITAÇÃO
Contrato n.º 17/2009 de 22 de Outubro de 2009

Entre:

A Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, com sede no Solar dos Remédios, n.º 1, 9701-855 Angra do Heroísmo, possuidora do NIF 600083748, através da Direcção Regional da Habitação, representada pelo seu director regional, Carlos Manuel Redondo Faias, adiante designada por primeira outorgante; e

A Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande, Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Nº. Senhora da Conceição, n.º 84 – 9600-568 Ribeira Grande, possuidora do NIF 512016518, representada pelo seu Provedor, João Manuel Silva Cabral de Melo, adiante designada por segunda outorgante.

É livremente e de boa-fé celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Fundamentação)

1 – A primeira outorgante é o departamento do Governo Regional dos Açores que, nos termos do artigo 1.º da respectiva orgânica, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/98/A, de 6 de Maio, orienta, dirige e superintende as acções a desenvolver na área da habitação, podendo, neste âmbito, promover formas de cooperação com instituições e entidades locais, regionais nacionais e estrangeiras, tendo o seu titular competência para apoiar, através dos meios considerados mais eficazes, a realização de obras ou outras acções de inegável interesse público.

2 - O presente protocolo é celebrado ao abrigo do artigo 4.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/84/A, de 28 de Agosto, e do n.º 3 do art. 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, e enquadra-se no disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março, conjugado com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2003/A, de 6 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2004/A, de 26 de Março, e com o n.º 2 do artigo 61.º do referido diploma regulamentar.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Objecto)

1 - O presente protocolo integra-se no âmbito do Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Habitacional de Rabo de Peixe e visa o desenvolvimento de estratégias concertadas de parceria, no prosseguimento das acções do Projecto *Sementes de Mudança*, e tem por objecto a recuperação de sete prédios urbanos, destinados a habitação, que constam do anexo ao presente contrato do qual faz parte integrante, cujos proprietários são pessoas

economicamente carenciados e com pouca autonomia para desencadear e gerir pedidos de apoio.

2 - O âmbito geográfico do presente protocolo coincide com a área da vila de Rabo de Peixe, por ser nessa que reside o âmbito do *Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Habitacional* promovido pelo Núcleo de Restauro e Recuperação de Habitação Degradada do Centro de Economia Solidária – Ecosol - da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações da primeira outorgante)

Tendo em vista a viabilização das acções a realizar, a primeira outorgante obriga-se a:

- a) Disponibilizar, a pedido da segunda outorgante, para os fins previstos no presente protocolo, o apoio técnico e logístico necessário e adequado a cada uma das habitações a intervencionar, assim como o acompanhamento e a avaliação;
- b) Conceder um apoio financeiro, não reembolsável, no montante de €107.632,40 (cento e sete mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos), que inclui o IVA à taxa legal, para aquisição de materiais e de mão-de-obra para os fins previstos na cláusula anterior.

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações da segunda outorgante)

A segunda outorgante, como entidade gestora, obriga-se a:

- a) Financiar o projecto no montante de €21.178,69 (vinte e um mil, cento e setenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos), a título de comparticipação na aquisição da mão-de-obra;
- b) Não afectar a comparticipação recebida a fim diverso do referido na cláusula segunda;
- c) Obter a informação activa dos agregados familiares, no sentido da sua participação na recuperação e/ou restauro das suas habitações e, posteriormente, a sua conservação;
- d) Pagar com regularidade aos fornecedores de bens e aos prestadores de serviços;
- e) Gerir, executar e zelar pelo bom funcionamento e utilização dos recursos adstritos às acções do presente protocolo, assim como promover a adequação constante das mesmas aos objectivos do regime jurídico instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002/A, de 11 de Março;
- f) Assegurar a execução dos projectos de arquitectura e de especialidades e respectivo licenciamento camarário, sempre que as intervenções e efectuar a isso obrigue;
- g) Desencadear todos os procedimentos concursais a que legalmente esteja sujeita;
- h) Assegurar o registo do ónus de inalienabilidade dos imóveis apoiados previsto no artigo 21.º do DLR nº 6/2002/A, de 11 de Março, e da restituição prevista no artigo 16º do mesmo diploma;
- i) Comunicar, por escrito, no prazo de dez dias úteis, à primeira outorgante qualquer ocorrência passível de prejudicar a realização das obras previstas ou de atrasar a sua conclusão;

j) Remeter, à primeira outorgante, até trinta dias após a conclusão das obras, relatório justificativo das intervenções executadas, custo e natureza dos trabalhos efectuados, bem como cópias dos documentos comprovativos da realização da despesa, devendo estes discriminar suficientemente o respectivo objecto.

CLÁUSULA QUINTA

(Norma Financeira)

1 - O apoio financeiro previsto na alínea b) da cláusula terceira será concretizado em três prestações, sendo as duas primeiras no valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros) cada e a terceira no valor de €37.632,40 (trinta e sete mil, seiscentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos).

2 – A verba correspondente à 1ª prestação será atribuída com o início dos trabalhos e as duas restantes com a apresentação dos documentos comprovativos da despesa (facturas e recibos) da prestação imediatamente anterior e após vistoria a realizar pelos serviços da primeira outorgante.

3 – As verbas previstas no número anterior, serão asseguradas pela dotação do capítulo 40 - despesas do plano, divisão 14 - habitação, sub-divisão 02 – recuperação do parque habitacional, classificação económica 08.07.01 - instituições particulares.

CLÁUSULA SEXTA

Sobreposição de financiamento)

Caso seja detectado, relativamente às obras abrangidas pelo presente contrato, excesso ou sobreposição do financiamento da responsabilidade da primeira outorgante, tendo em conta o valor final das mesmas, e eventuais participações provenientes de outras entidades, ficará a segunda outorgante obrigada a restituir os montantes transferidos em excesso, acrescidos dos juros legais devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Fiscalização)

A primeira outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo e sem necessidade de comunicação prévia, proceder às acções de fiscalização que reputar por convenientes, tendo em vista aquilatar da conformidade da aplicação da comparticipação concedida com o estipulado no presente protocolo, devendo a segunda outorgante colaborar com a entidade fiscalizadora, proporcionando-lhe todos os meios materiais e documentais necessários ao exercício dessa missão.

CLÁUSULA OITAVA

(Resolução do contrato)

1 - O não cumprimento de alguma ou algumas das obrigações assumidas neste contrato por qualquer das partes outorgantes, confere à outra o direito de o resolver.

2 - A resolução será comunicada à parte faltosa, por carta registada com aviso de recepção, e produzirá efeitos a partir da data da assinatura de tal aviso.

3 - Sem prejuízo do estipulado no n.º 1, caso o incumprimento seja da responsabilidade da segunda outorgante, à primeira outorgante assiste-lhe o direito de exigir a restituição, total ou

parcial, do apoio financeiro concedido, bem como suspender o pagamento ou a transferência das prestações que à data do incumprimento se encontrem por realizar.

CLÁUSULA NONA

(Prazo de vigência)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura pelas partes e vigorará até 31 de Dezembro de 2010.

Feito em duplicado, aos 15 dias do mês de Setembro de 2009. - Pela Direcção Regional de Habitação, O Director Regional, *Carlos Manuel Redondo Faias*. - Pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande, O Provedor, *João Manuel Silva Cabral de Melo*.

Anexo ao protocolo de parceria, datado de 15 de Setembro de 2009, celebrado entre a Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, através da Direcção Regional de Habitação, e a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande

Habitação	Agregado familiar	Orçamento previsional	Comparticipação SRTSS
Rua da Felicidade, 11 – Rabo de Peixe	Maria Angelina Gonçalves Terceira	23.920,76 €	19.786,87 €
Rua Dr. Ruy Galvão de Carvalho, 9 – Rabo de Peixe	Março Paulo Mota Oliveira	12.626,60 €	10.645,10 €
Rua do Rosário, 4 – Rabo de Peixe	Eduardo Vieira Duarte	13.423,02 €	10.940,95 €
Rua Casa Nova, 35 – Rabo de Peixe	Maria de Fátima Andrade Vieira	24.596,02 €	20.612,25 €
Rua do Mar, 11 – Rabo de Peixe	Carlos Miguel Penacho Vieira	14.344,35 €	11.712,16 €
Rua do Rosário, 164 – Rabo de Peixe	Mário Jorge de Medeiros Mendonça	14.939,66 €	12.958,16 €
Rua da Alegria, 47 – Rabo de Peixe	Manuel Ventura Arruda	24.960,68 €	20.976,91 €